



filantropia,
justiça social,
sociedade civil
e democracia

DEZ ANOS DA REDE COMUÁ

FILANTROPIA QUE TRANSFORMA

comuá rede comuá
filantropia que
transforma



comuá rede comuá
filantropia que
transforma

filantropia,
justiça social,
sociedade civil
e democracia

DEZ ANOS DA REDE COMUÁ

FILANTROPIA QUE TRANSFORMA

são paulo, 2022

sumário

O seminário filantropia, justiça social, sociedade civil e democracia.....	07
Como a filantropia comunitária e de justiça social pode contribuir para fortalecer a sociedade civil e a democracia no Brasil?	15
O papel e a trajetória da Rede Comuá Filantropia que transforma.....	23
Qual a relação entre filantropia, justiça social, sociedade civil e democracia?.....	33
Filantropia decolonial caminhos e desafios no Brasil	41
Democratizar a filantropia confiança e novos arranjos.....	49
Olhares e arranjos múltiplos e colaborativos	57
Conhecimento que transforma: o Programa Saberes	67
Ampliando a nossa rede	75
Expediente	81



o seminário
filantropia,
justiça social,
sociedade civil
e democracia



|
e
 m setembro de 2022, a Rede Comuá promoveu o seminário Filantropia, Justiça Social, Sociedade Civil e Democracia para comemorar 10 anos de existência

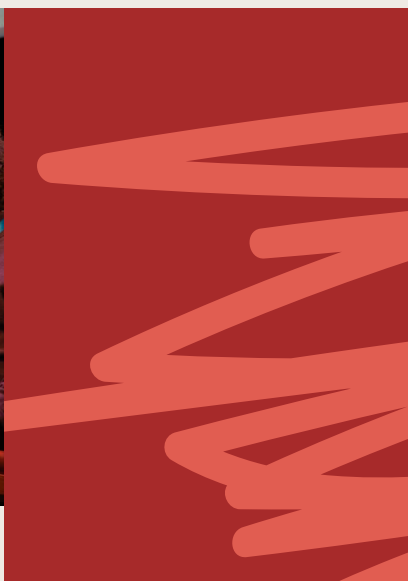




foi um momento de reencontro pós-pandemia,
com muita potência e muitas vozes ecoando







em 21 horas de atividade, nas quais mais de 50 palestrantes dividiram suas reflexões com o público, estiveram engajados presencialmente 220 participantes e virtualmente 360 pessoas. Mais de 110 organizações participaram do evento.





Esta publicação é pra te contar como foi o seminário e o tanto de conteúdo e reflexão gerados por lá...
boa leitura!



como a filantropia
comunitária e
de justiça social
pode contribuir
para fortalecer
a sociedade civil
e a democracia
no brasil?

graciela hopstein



no campo dos direitos que a filantropia de justiça social e a democracia estão conectadas. Apoiar com recursos financeiros iniciativas de base comunitária, organizações, grupos e movimentos que atuam na área de defesa de direitos é uma estratégia fundamental para fortalecer essas agendas e os diversos atores da sociedade civil que atuam nesse campo.

No cenário político atual, é urgente agir no sentido de transformar o campo da filantropia, democratizando o acesso aos recursos, capilarizando sua distribuição conectando-o às demandas sociais e em diálogo permanente com a sociedade civil (#ShiftThePower).

Certamente, a filantropia é um espaço complexo no qual coexistem diversas iniciativas e formas de atuação. De fato, não existe uma única filantropia, mas filantropias porque é importante reconhecer a diversidade de atores e dinâmicas nesse campo. Para a Rede Comuá e seus associados, é fundamental pensar politicamente o campo da filantropia porque de fato a vida, as nossas existências são políticas. Incluir essa dimensão é prioritário para entender a sua conexão com o mundo real e material, e inclusive para refletir sobre o papel que ocupa a filantropia nos processos de transformação no campo social (no sentido amplo). Porque transformar implica quebrar pactos preexistentes (baseados no patrimonialismo, machismo, racismo, etc.) e pensar o poder não apenas como controle, mas como potência de criação e multiplicação do comum.

Ao mesmo tempo, transformar implica instalar um processo de desconstrução, buscando superar e sair das lógicas coloniais – baseadas no eurocentris-

mo branco, masculino e heteronormativo – e binárias – centradas em opostos socialmente construídos – questionando as relações de poder, a imposição de agendas e ações, evitando reproduzir relações de opressão e subordinação. Ao mesmo tempo, é impossível pensar num espaço democrático sem diálogo, sem a capacidade de aceitar as diferenças e os direitos das minorias. Porque fortalecer a democracia implica combater o racismo, a lgbtqiafobia, o sexismo, a misoginia, o etarismo, o etnicido, o capacitismo, entre tantas outras formas de discriminação.

A filantropia de justiça social parte do reconhecimento das diferenças, da diversidade e das intersecções, operando através de redes rizomáticas, reconhecendo a potência das conexões em processos contínuos e cambiantes. Trata-se de uma filantropia baseada na confiança e no poder de transformação social que tem como protagonista diversos atores que integram a sociedade civil.

Democracia, justiça socioambiental e a defesa de direitos são os princípios fundamentais que guiam o trabalho da Rede Comuá e dos seus membros, através de uma atuação colaborativa e em parceria com os atores do campo da filantropia e da sociedade civil.

A doação de recursos financeiros – por meio de estratégias diversificadas de *grantmaking* – para organizações e iniciativas da sociedade civil tem se mostrado um dos caminhos relevantes para contribuir com o seu fortalecimento. Certamente, os fundos temáticos, comunitários e fundações comunitárias que integram a **Rede Comuá** ocupam um lugar estratégico porque de fato doaram de forma contínua recursos para a sociedade civil, tanto para o enfrentamento da pandemia

como nas lutas por acesso a direitos e na construção de agendas de direitos humanos e justiça social, conduzidas pelos grupos, coletivos e movimentos junto à minorias políticas. E mesmo no cenário adverso marcado pelo retrocesso nos campos dos direitos e das políticas públicas, pela necropolítica e negacionismo, os fundos independentes contribuíram para apoiar a resistência e as lutas conduzidas pelos movimentos e grupos de base no Brasil.

O surgimento dos fundos locais independentes a partir dos anos 2000 implicou um processo de transformação não apenas da filantropia brasileira, mas também da sociedade civil, porque eles se instalaram como uma alternativa efetiva de financiamento e fortalecimento de pequenas e médias organizações e de movimentos que atuam no campo da justiça social e desenvolvimento comunitário.

Para os fundos da Rede, que atuam na defesa de agendas diversificadas e interconectadas nos campos da justiça social e desenvolvimento comunitário, existe o entendimento comum de que apoiar a sociedade civil – organizações, movimentos sociais, lideranças – é uma estratégia crucial para o seu fortalecimento já que promover o acesso aos direitos — *ter o direito aos direitos* — é o ponto de partida fundamental para a consolidação da democracia.

A Rede Comuá tem como um dos pilares centrais de sua atuação o programa de incidência, que tem a finalidade de promover a atuação coletiva e em rede para a construção conjunta de estratégias e narrativas, a produção e o compartilhamento de conhecimento que possam impulsionar e posicionar a agenda da filantropia comunitária e de justiça social

nos ecossistemas filantrópicos brasileiro e internacional, ampliando práticas de *grantmaking* e a cultura de doações em prol de grupos, coletivos, movimentos, lideranças e organizações da sociedade civil comprometidas com esses campos de atuação.

Esse modo de fazer filantropia busca também promover uma mudança nos ecossistemas filantrópicos, promovendo um giro decolonial no campo, questionando as práticas tradicionais e hegemônicas que pretendem determinar quais agendas locais são relevantes, que movimentos merecem ser apoiados, que soluções são as melhores e como essas devem ser relatadas.

Mudar a forma como se doa e ampliar as práticas de *grantmaking*, observando as organizações e territórios que recebem apoio financeiro como agentes ativos da transformação, reconhecendo os ativos das comunidades em busca de soluções próprias para os problemas existentes na construção de um bem comum maior.

No contexto da dinâmica de mudança, a Rede também vem se transformando. Quando foi criada em 2012 contava com oito membros, hoje somos 16 e acreditamos que continuaremos crescendo em número de associados.

Nos últimos anos, a Rede fortaleceu parcerias significativas com organizações filantrópicas locais e internacionais e também conseguimos definir o seu posicionamento como um ator político no campo, cuja missão é incidir no ecossistema filantrópico para fortalecer agendas e a doação de recursos financeiros para a filantropia de justiça social, dinâmica na qual a produção de conhecimento ocupa um lugar destacado.

Para comemorar os 10 anos da Rede e refletir sobre esses modos de fazer filantropia e suas práticas, organizações da sociedade civil, do campo da filantropia e da justiça social se reuniram nos dias 20 a 21 de setembro de 2022, em São Paulo, durante o Seminário Filantropia, Justiça Social, Sociedade Civil e Democracia.

Esta publicação marca os dez anos de atuação da Rede, ao mesmo tempo em que registra uma síntese dos debates e contribuições que marcaram a realização do Seminário.

mais:

- » [Assista ao vídeo sobre o fazer da Rede](#)
- » [Leia artigo publicado no Le Monde Diplomatique Brasil sobre o tema](#)



Mesa de Encerramento

Democratizar a filantropia: confiança e novos arranjos



Eliane Castro
(Fundo Agbara)



Inimá Krenak
(Fundo Casa
Socioambiental)



Larissa Amorim
(Casa Fluminense)



Marcelle Decothé
(Iniciativa PIPA)



Medianeira
Fernanda L.
(Fundo Ba)

#ShiftThePower #PoderParaAsComunidades
#DoarParaTransformar #SomarParaEnvolver



Acesse o
sua pergun

INÁRIO
ntropia,
ça Social,
idade Civil
mocracia

10
Rede de Filantropia
para a Ju



o papel e
a trajetória
da rede comuá
filantropia que
transforma



Rede de Filantropia para a Justiça Social, que a partir de agora passa a se chamar Rede Comuá – Filantropia que transforma, completou dez anos em 2022.

É um espaço que reúne fundos e fundações comunitárias, organizações doadoras (grantmakers) que mobilizam recursos de fontes diversificadas para apoiar grupos, coletivos, movimentos e organizações da sociedade civil que atuam nos campos da justiça social, direitos humanos, cidadania e desenvolvimento comunitário.

Foi criada em 2012 com o propósito promover e diversificar uma cultura filantrópica no Brasil que garanta e amplie os recursos para a justiça social. Integram o quadro de sócios fundadores as seguintes organizações membros: Fundo Baobá, Fundo Elas+, Fundo Brasil, Fundo Casa Socioambiental, Instituto Comunitário da Grande Florianópolis – ICOM – Brazil Foundation, o Instituto Rio e o Instituto Baixada.

Os primeiros seis anos da organização foram dedicados à estruturação e ao processo de criação da presença da Rede no campo. Nos anos seguintes, grandes passos foram dados, com a conquista de financiamentos importantes e o desenvolvimento de um trabalho relevante junto ao ecossistema filantrópico brasileiro e também aos associados.

Se em seu início a Rede tentava se aproximar de financiadores, parceiros e organizações relevantes, vemos agora um caminho inverso, no qual a Rede vem sendo procurada em virtude de seu reconhecimento como importante espaço para reflexão e promoção de agendas. Desde então, a Rede vem colaborando, por meio de diferentes atividades e do desenvolvimento

das iniciativas da área de programática, para o fortalecimento das organizações membros através da promoção de espaços de aprendizado mútuo e de treinamentos em temas de relevância para agendas de interesse comum.

Os anos de 2018 a 2020 foram fundamentais para consolidação, articulação com diferentes atores do campo e fortalecimento institucional. A Rede foi reconhecida como um ator relevante no campo da filantropia brasileira e internacional, e a inclusão de seis novos membros contribuíram para isso.

Diferentes atividades e publicações lançadas no período instituíram esses marcos, como **Filantropia de justiça social, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil** – organizada por Graciela Hopstein, que reúne uma série de artigos produzidos por integrantes das organizações membros –, o seminário realizado em parceria com o GIFE, **Expandindo e Fortalecendo a Filantropia Comunitária no Brasil**; o desenvolvimento dos programas de **Fortalecimento de Capacidades** e de **Apoio**, com a parceria da Inter-American Foundation (IAF) e da Porticus, após a reestruturação da área programática; e o **Programa Doar para Transformar** (Giving For Change), projeto com o apoio da cooperação holandesa que ampliou o alcance internacional da Rede e contribuiu para o fortalecimento e promoção do trabalho institucional.

Durante o Seminário Filantropia, Justiça Social, Sociedade Civil e Democracia foi realizado um painel sobre a trajetória e o papel da Rede Comuá em seus dez anos de atuação, que contou com a participação de Harley Nascimento (Fundo Positivo), Giovanni Harvey (Fundo Baobá), Ana Valéria Araújo

(Fundo Brasil) e Roberto Vilela (Tabôa), e foi mediado por Cristiane Azevedo (ISPN – Instituto Sociedade de População e Natureza).

Para Ana Valéria Araújo, superintendente do Fundo Brasil e membro do Comitê Gestor Comuá, a Rede celebra um novo momento em sua trajetória. Que começou sua atuação como um grupo de seis fundos e fundações jovens, que se uniu para trocar experiências, aprendizados e enfrentar desafios dessa nova forma de fazer filantropia, inovadora e inexistente no Brasil, e tornou-se um ator relevante dentro do próprio campo da filantropia.

“O fundamento comum desse grupo que estava na fundação da Rede era o reconhecimento de que a gente tinha que trabalhar majoritariamente com doações. Doar para quem estava fazendo na ponta e não fazermos nós mesmos. E como tal a gente também foi inovador. Porque esse grupo e a Rede começou a produzir conhecimento sobre como era apoiar, para que servia, o quão relevante era fazer isso e como fazer. Essa ideia era extremamente inovadora, nos uniu e ela fez com que a Rede pudesse começar a servir como referência, a se transformar num ator relevante dentro do próprio campo da filantropia e a dialogar com outros atores do campo do investimento social privado, trazendo essa pauta do grantmaking, da doação, e de como fazer isso de uma maneira diferenciada. O que a Rede está fazendo hoje é pautar, criar estímulos para que outros tenham um fazer similar, para que a filantropia se transforme e se junte a essa nossa forma de fazer,” analisa ela.

Para a coordenadora executiva da Rede Comuá, Graciela Hopstein, “a onda conservadora que esta-

mos vivenciando no Brasil e no mundo, é certamente uma reação do poder perante o avanço de agendas socioambientais, de justiça racial, de gênero e etnia, LGBTIQAP+, que como sociedade precisamos defender de forma orgânica, porque de fato são produto das lutas, das conquistas dos movimentos. Porque os direitos não se concedem, se conquistam. E é nessa dinâmica que os fundos da Rede ocupam um lugar significativo: apoiando com recursos financeiros e não financeiros grupos, organizações e movimentos na construção de pautas e agendas no campo da justiça social e dos direitos humanos.”

Na visão de Roberto Vilela, diretor executivo da Tabôa e também integrante do Comitê Gestor da Co-muá, “a Rede conseguiu criar um espaço da filantropia de justiça social dentro do ecossistema da filantropia brasileira, ser reconhecida nacional e internacionalmente e ajudar os fundos temáticos e as fundações comunitárias a se localizar dentro desse ecossistema. Além disso, a rede tem sido um local de aprendizagem entre os fundos e fundações comunitárias.”

“A Rede é o espaço onde somos pares, nos reconhecemos e nos fortalecemos. Onde inovamos e traçamos estratégias para a filantropia de justiça social”, afirma Cristina Orptheo, Fundo Casa Socioambiental

Para Giovanni Harvey, diretor executivo do Fundo Baobá e membro do Comitê Gestor da Co-muá, “aqui na Rede nós podemos praticar a filantropia nas duas pontas sem aquela agenda oculta. Nós podemos dizer com todas as letras que nós financiamos a luta e a resistência. Para quem como eu vem de movimento social, de organizações criadas por

movimentos sociais, é extremamente importante ter parceiros financiadores que se propõem a fazer isso. Porque os movimentos sociais fazem isso com os seus meios próprios, as experiências no campo da filantropia negra são centenárias aqui no Brasil. Temos a possibilidade de ter uma conversa franca com os movimentos sociais, de modo que possam confiar e entender que esses fundos tem real compromisso com a transformação social.”

“A gente acredita no modelo de filantropia que a Rede produz. Uma filantropia horizontal, já que as nossas lideranças, os nossos quadros são formados por pessoas advindas do próprio movimento em que a gente atua. Isso nos traz, sem dúvida, um conhecimento do território, das necessidades, das urgências, da pauta dos territórios. E principalmente, a gente consegue estabelecer uma relação de confiança e de respeito.” Harley Nascimento, Fundo Positivo.

A Rede Comuá firma-se, cada vez mais, como espaço estratégico, inovador e diferenciado no ecossistema filantrópico em sua visão e modos de fazer. Promove e apoia uma filantropia independente, articulada às agendas de justiça social e desenvolvimento comunitário promovidas por diversos atores da sociedade civil. E promove a mobilização e a doação de recursos como ato político e de apoio às lutas e à resistência. A transformação é conduzida pelos atores da sociedade civil, sendo a filantropia um impulsionador da mudança.

mais:

» Leia a série de artigos publicadas pela Rede em comemoração aos dez anos:

10 anos da RFJS: contextos, atuação e futuros possíveis

10 anos da RFJS: filantropia de justiça social, garantia de direitos e democracia

e agora, somos comuá...

E, por fim, mudamos a forma como nos apresentamos ao mundo. Adotamos uma forma mais direta, que gera melhor entendimento do nosso fazer. Agora, somos Rede Comuá – filantropia que transforma.

Atendendo a um anseio dos membros da Rede, dizemos ao mundo o que fazemos dessa nova forma. Sem nos distanciar de nossa missão, visão e compromisso com a filantropia comunitária e de justiça social, com o bem comum e com os direitos humanos.

Como fundos e fundações que se conectam pela mobilização de recursos de fontes diversificadas para apoiar grupos, coletivos, movimentos e organizações da sociedade civil que atuam nos campos da justiça social, direitos humanos, cidadania e desenvolvimento comunitário.

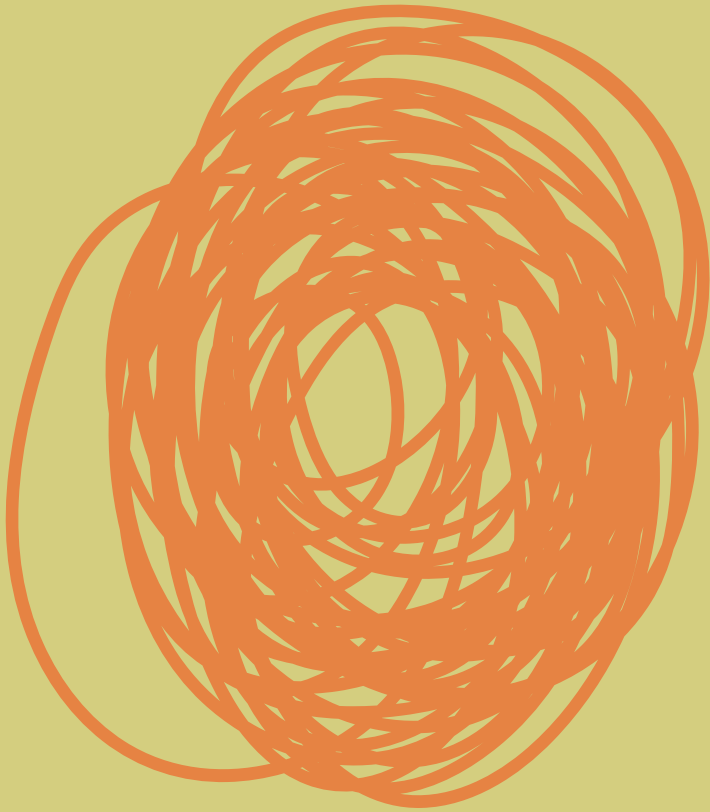
Nosso branding foi cocriado em parceria com a FutureBrand SP, de modo cuidadoso, coletivo, a partir de nossa trajetória histórica. De nossa colaboração para o fortalecimento da sociedade civil e para a consolidação da democracia.

mais:

» [Acesse o motion da Rede Comuá](#)







qual a relação
entre filantropia,
justiça social,
sociedade civil
e democracia?



filantropia pode ser um agente de transformação ao fortalecer por meio do apoio financeiro às lutas de organizações, coletivos, movimentos e lideranças que atuam pelo reconhecimento e o acesso a direitos, protagonizadas por uma diversidade de minorias políticas, tendo como horizonte a justiça social e o fortalecimento da democracia.

Esse tema foi debatido em uma mesa durante o Seminário, com a participação de Cássio França (GIFE), Amália Fischer (Fundo Elas+), Henrique Silveira (Casa Fluminense), Iara Rolnik (Instituto Ibirapitanga), Roberto Vilela (Tabôa) e Davi Fleischer (IAF), com mediação de Ana Toni (iCS).

Entre os fundos da Rede Comuá, que defendem agendas diversificadas e interconectadas nesses campos, existe o entendimento comum de que apoiar organizações da sociedade civil e movimentos sociais é uma estratégia crucial para fortalecer a sociedade civil brasileira, já que promover o acesso aos direitos — ter o direito aos direitos — é o ponto de partida fundamental para a consolidação da democracia.

“Talvez, acho que para todos nós, os últimos quatro anos foram os mais difíceis, como pessoas que atuamos nesse campo. Não só tivemos a epidemia da Covid-19, mas um governo que atua contra a sociedade civil desde o começo, e a nossa razão de ser é o fortalecimento de direitos e da sociedade civil. Como organizações de justiça social nós tivemos que mudar muito rapidamente as nossas estratégias. Fomos colocados em uma posição de resistência em quase 100% do nosso tempo. Sempre resistimos,

mas resistíamos e avançávamos. Nos últimos quatro anos fomos só resistência. É um lugar difícil, porque queremos mais, queremos mais direitos, a sociedade precisa de mais direitos. E estar ali, enxugando gelo de direitos já conquistados, não foi fácil. Mas eu tenho certeza de que sem as organizações da Rede e outras, não teríamos resistido”, analisa Ana Toni, do iCS (Instituto Clima e Sociedade).

Henrique Silveira, da Casa Fluminense, destaca a importância de falar sobre a democracia inconclusa do Brasil. “A gente tem um déficit de reflexão sobre isso, não na Rede, mas na nossa sociedade. Mesmo quando a gente pensa nos duzentos anos de independência, é necessário lembrar que esse processo de independência política do Brasil com Portugal não significou liberdade para a população negra. E esse país sempre construiu a escolha da exclusão. Essa democracia inconclusa se reflete até hoje na nossa cidadania incompleta. Estamos falando de um contingente enorme da população brasileira que vive hoje abaixo da linha da dignidade. E nesse processo a gente sempre teve os atores da sociedade civil lutando por liberdade, igualdade, dignidade. Localizo a filantropia de justiça social nessa chave, de como é que a gente dá suporte aos ‘de baixo’ para ampliar essa chave de acesso aos direitos.”.

“Neste país a gente tem aprendido de maneira bastante cruel que a oposição à democracia não é a ditadura, é a diminuição das desigualdades. Portanto, todo momento histórico que a gente acelera na promoção da igualdade, da equidade, a democracia é fragilizada, é tensionada pelos grupos e as elites que aqui estão.

A ampliação de direitos é a fragilização da democracia liberal, e ainda que a gente esteja convicto que a democracia de fato é a superação das desigualdades, o berço da democracia liberal é a convivência pacífica com as desigualdades. Temos uma tarefa que é mudar a leitura, a cultura política da elite desse país, de não considerar que a oposição da democracia seja a superação das desigualdades”, afirma Cássio França, secretário geral do GIFE.

“É importante a gente lembrar de onde vem a filantropia na América Latina. Vem da colonização da península ibérica. E naquele momento histórico, o que nós vamos ter é a santa inquisição na igreja católica. E a igreja católica é que vai dar a pauta da filantropia que temos na América Latina. A santa inquisição era persecutória daqueles que não eram brancos, dos que não eram a nobreza, que não eram a alta hierarquia católica e que não professavam a fé católica. Muçulmanos, judeus, mulheres que eram médicas. Essa é a lógica que se vai instaurar durante séculos nesse continente. E essa lógica jamais vai reconhecer as outras filantropias das outras culturas. Nós tínhamos filantropia dos povos originários, o mutirão, por exemplo. E tivemos as irmandades entre negros. Essas filantropias são milenares, de coletivos, comunitárias e de justiça social também. Então é importante que comecemos a pensar de uma outra maneira e sair da lógica da filantropia do mainstream”, aponta Amália Fischer, Fundo Elas+ Doar para Transformar.

Davi Fleischer, da IAF, destaca que a filantropia comunitária consegue alavancar mais recursos para a sociedade civil para que os processos democráticos se fortaleçam: “Trazer mais recursos por meio de

uma filantropia que está muito mais conectada com o contexto local, com a sociedade civil, que pode então utilizar esses recursos que foram mobilizados, tanto no país quanto fora, para fazer os processos de transformação social que promovem uma democracia mais forte e mais duradoura.”

Para Iara Rolnik, do Instituto Ibirapitanga, “é importante cada vez mais romper com esse afastamento que separa a filantropia da sociedade civil como um todo, sem deixar de assumir as assimetrias. Friccionar essas assimetrias e se propor a desafiar elas todos os dias. A desburocratização do acesso a recursos, a simplificação, a autonomia, o fortalecimento institucional são evidentemente a base para a construção desse projeto de democratização da própria filantropia. Não dá para ser mais democrático se a gente não adapta o nosso jeito de olhar para o acompanhamento dos projetos. E o mais fundamental é fazer de verdade processos de ampliação de formas de decisão em relação aos apoios. Conselhos e equipes mais diversos e inclusivos produzem olhares mais diversos, capazes de produzir outros tipos de conhecimento”, analisa

No cenário brasileiro, os fundos da Rede se destacaram como atores relevantes no apoio à resistência, atuando para minimizar impactos da crise e da regressão no campo das políticas públicas, de cidadania e de acesso a direitos. A democracia, que no Brasil é inconclusa e excludente no campo de acesso a direitos, deixando de fora um conjunto significativo de grupos e minorias políticas, ficou ainda mais em xeque nos últimos quatro anos. Resgatando um pouco do histórico de constituição da filantropia brasileira,

que teve como referência para seu desenvolvimento a filantropia colonial, não houve reconhecimento de diversas outras formas de fazer filantropia, especialmente das formas ancestrais dos povos indígenas e comunidades negras, e reconhecê-las é fundamental para questionar a filantropia mainstream. Colocar a sociedade civil como ator estratégico da transformação e para a consolidação da democracia implica que a filantropia se aproxime mais das organizações e movimentos, democratizando o acesso a recursos e reconhecendo autonomia de atuação.

mais:

- » [Assista ao conteúdo do painel tema do Seminário](#)
- » [Confira artigos sobre o Seminário e os dez anos da Rede publicados por Marcelle Decothé, Diane Pereira, Mariana de Assis, Luisa Hernandez e Jonathas Azevedo na Alliance Magazine](#)
- » [Leia artigo sobre a relação entre filantropia, democracia e eleições no Brasil, publicado por Graciela Hopstein na Alliance Magazine](#)
- » [Ouça o podcast Querino](#)



ICOM:
PRODUÇÃO
DISSEMINAÇÃO
CONHECIMENTO

PROMOVER
AÇÕES P/ A MELHORIA
DA QUALIDADE
DE VIDA!



- CONHECIMENTO:
TERRITÓRIO
- FORTALECIMENTO:
\$ E ESPAÇO
FÍSICO P/ AMPHAR
IMPACTO DAS OSCS
- ESTÍMULO:
INVESTIMENTO
SOCIAL E
PRIVADO

MEMÓRIAS
1) Memórias e ações
de apoio
2) Estratégias e intervenções
3) Estratégias de trabalho
4) Estratégias de trabalho
5) Estratégias de trabalho

FU
MOBI
RECI
\$ P/
AÇ

CAPILARIZAR
OS RECURSOS

\$ P/ FORMAÇÃO
EM POLÍTICAS
PUBLICAS

MULTICENTRISMAS

Comunidade

COMUNIDADE DE
APRENDIZAGEM ENTRE
AS 3 ORGANIZAÇÕES





filantropia

decolonial

caminhos e

desafios no brasil



As práticas tradicionais e hegemônicas da filantropia, que acabam por determinar agendas, iniciativas que devem ser apoiadas, soluções e modos de relatar resultados, precisam ser repensadas para de fato fortalecer a sociedade civil e contribuir para a transformação social, valorizando conhecimentos e saberes de territórios e comunidades nesses processos.

O debate sobre a decolonização da filantropia vem avançando progressivamente e ela está ancorada na desconstrução e questionamento de princípios baseados em lógicas de poder dominante (eurocêtricas, brancas e masculinas, dentre outras). No Brasil, essa agenda tem como um dos protagonistas estratégicos as organizações da filantropia comunitária e de justiça social independente, com ênfase no reconhecimento de minorias políticas e das potências e transformação social promovida pela sociedade civil nos territórios.

Esse tema foi debatido durante o Seminário em uma mesa que reuniu Cássio Aoqui (ponteAponte), Diane Pereira Sousa (Instituto Comunitário Baixada Maranhense), Allyne Andrade (Fundo Brasil), Ese Emerhi (GFCF - Global Fund for Community Foundations), com mediação de Graciela Hopstein (Rede Comuá).

“Há mudança acontecendo sobre o futuro que a gente quer em filantropia. Essa mudança vai requerer ações coletivas entre indivíduos e organizações que estão espalhados por todo o sistema, desde o centro, às periferias, em níveis nacional e internacional. Essa conversa sobre decolonização começa com a conversa sobre direitos, abuso e retirada de direitos, sobre poder de decisão. Decolonização tem se tornado uma palavra muito importante nos últimos anos, mas não captura

as nuances e a interseccionalidade das dinâmicas de poder que existem”, analisa Ese Emerhi, do Global Fund for Community Foundations.

Para Cássio Aoqui, da ponteAponte, o campo da filantropia possui narrativas muito conflitantes e disputas, e é preciso ter em mente que não há uma filantropia, e sim filantropias. “Fizemos um continuum para tentar entender isso: do lado esquerdo, colocamos filantropia decolonial, para justiça social, progressista, radical e regenerativa; do lado direito, a filantropia colaborativa, o filantropocapitalismo, venture philanthropy, filantropia estratégica, filantropia do milênio. Qual é a diferença? Do lado esquerdo, temos muito clara a tentativa de mudança de relação de poder, uma visão contra hegemônica. O lado direito é um lugar que acredita que o sistema como tal pode se auto resolver, tem uma visão muito mais de mercado. Então a gente tem essas duas formas em disputa, mas no meio delas há muitas outras coisas misturadas. Posicionando filantropia decolonial nesse lugar, ela vai combater o racismo epistêmico. E a gente precisa mudar de onde vem e como é feita a produção de conhecimento, que é super elitista, é para poucos, de poucos falando por muitos.”

Allyne Andrade, do Fundo Brasil, destaca como discursos da própria filantropia podem produzir e reforçar sujeitos coloniais: “A gente se convencionou a falar do que recurso chegando na ponta, na base, como se a partir do momento que a gente estivesse como trabalhador da filantropia de justiça social, a gente deixasse de ser essa base. Quando a gente faz esse discurso, a gente está estabelecendo uma diferença entre esses ativistas de direitos humanos e se colocando em um lugar de observação privilegiada da realidade. Uma parte

da decolonização é entender como esses discursos têm produzido sujeitos coloniais, sujeitos desiguais.”

Para Diane Pereira Souza, do Instituto Comunitário Baixada Maranhense, entende que filantropia decolonial é a que acontece dentro dos territórios, e que as organizações doadoras precisam se colocar como parceiras das comunidades, reconhecendo seu protagonismo na mudança:

“É muito egoísta a gente achar que uma comunidade que sobrevive há 200 anos só consegue ser comunidade com o nosso recurso que chegou há seis meses. Uma comunidade que tem uma produção de conhecimento, como por exemplo a de Itamatatua, que fica em Alcântara, no Maranhão, que tem um centro de produção de artesanato com barro. É uma comunidade que produz há 200 anos, que tem uma economia e uma estrutura de gestão que duram 200 anos. E na verdade, quem está aprendendo aqui somos nós. Quando eu penso em filantropia decolonial, penso numa filantropia que está acontecendo dentro do território, e que a gente colocou um nome, mas o que a gente tem que fazer é ser parceiro da comunidade. A gente não quer que as comunidades sejam só o foco das visitas programáticas, mas sim que elas sejam os focos das experiências que acontecem por lá. Então você pode vivenciar com a comunidade, e não viver a comunidade como se ela fosse um objeto vazio do conhecimento.”

Decolonizar a filantropia implica repensar as relações e dinâmicas de poder, já que o colonialismo impacta diretamente na visão, nas formas de fazer e nas narrativas dominantes. Mudar as lógicas de poder hegemônicas (eurocênicas, brancas, masculinas) no acesso

a recursos e no fazer da filantropia é perceber que existem várias visões sobre o campo da filantropia. Partir do conhecimento que as organizações e os movimentos têm da realidade e do que é preciso para transformá-la, entendendo-os como reais agentes de mudança. Refletir como isso se dá na composição das equipes das organizações que doam recursos para a sociedade civil em relação à diversidade. E mudar a forma como é feita a produção de conhecimento que envolve poucas pessoas falando por muitas, sem necessariamente refletir sobre as demandas e necessidades locais.

mais:

- » [Assista à mesa sobre filantropia decolonial promovida durante o Seminário](#)
- » [Leia texto publicado por Mariana Rodrigues, do Fundo Brasil de Direitos Humanos, sobre participação na mesa temática sobre decolonialidade na filantropia](#)
- » [Leia o texto sobre o tema publicado por Allyne Andrade e Graciela Hopstein na Alliance Magazine](#)
- » [Leia o texto de Cássio Aoqui, Jéssica Gonçalves e Letícia Cardoso publicado no blog da Rede](#)







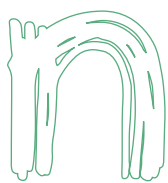


democratizar

a filantropia

confiança e

novos arranjos



Novos arranjos, novas formas de comunicação, novos olhares que impactam realidades e potencializam a transformação do país despontam em diferentes territórios e grupos da sociedade civil. Que problematizam, mais do que ninguém, a filantropia no país e possíveis modos de democratizar o acesso a recursos para organizações de base de maneira mais ágil e baseada na confiança, contribuindo para o fomento a uma transformação real e sustentável.

Esse foi o tema de encerramento do seminário de dez anos da Rede, que contou com as participações de Marcelle Decothé (PIPA), Eliane Castro (Fundo Agbara), Larissa Amorim (Casa Fluminense), Inimá Krenak (Fundo Casa Socioambiental) e medição de Fernanda Lopes (Fundo Baobá).

“A filantropia não é a solução, mas um instrumento, um meio. E se nós queremos fazer filantropia num estado democrático de direito, a gente tem que reiterar que o estado precisa existir, precisa servir a todas as pessoas e reconhecer, em toda e qualquer pessoa, um sujeito de direito. E aqui, nesse espaço da filantropia, não existe a possibilidade de se apresentar como democrático se também não estiver pautado nesses princípios. Pensando na agenda de desenvolvimento sustentável, pensando no desenvolvimento, em todas as suas dimensões, que não deixe ninguém para trás”, analisa Fernanda Lopes.

Marcelle Decothé, uma das criadoras da iniciativa PIPA – cujo objetivo é incidir para democratizar o Investimento Social Privado e a filantropia no Brasil –, descreve que a proposta surgiu a partir da dificuldade de acessar recursos: “A gente se viu num dile-

ma, que é - acessar investimentos é sobre a pessoa que eu conheço. Sobre a minha relação mais próxima. Sobre aquele jantar que eu vou. Sobre mais likes ou curtidas. Sobre a região que eu moro. Sobre onde eu frequento. Sobre a minha linguagem na hora de apresentar uma proposta. Sobre o meu projeto. Sobre o meu português. Sobre o meu inglês, o meu espanhol. A iniciativa PIPA existe para se colocar no campo como um ator, uma atriz capaz de gerar transformação, de incidir de dentro e de pautar que o projeto de futuro do país passa também por essas organizações.”.

Inimá Krenak, gestora de programas no Fundo Casa Socioambiental, reconhece avanços na destinação de recursos a populações indígenas, embora boa parte dos recursos destinados por doadores tenha viés utilitarista e deixe de lado questões e necessidades fundamentais. “Nos últimos quatro anos eu estou como gestora de programas no Fundo Casa, liderando o apoio aos povos indígenas. E nesse lugar, de mulher indígena, é importante falar de onde eu venho. Eu sou Krenak, meu pai é o Ailton Krenak, que teve uma importância muito grande na constituição, no texto que trata da questão indígena, e tem uma atuação muito importante até hoje. Meus primeiros trabalhos foram em organizações indígenas, do outro lado, buscando recursos. Nesse mundo de preparar projetos, de tentar me comunicar com esse universo da filantropia. Nos últimos anos eu estou aprendendo esse outro lado da filantropia. Houve muitos avanços. No entanto, esse apoio aos povos indígenas ainda é muito focado na proteção de florestas com um objetivo utilitarista, porque esse apoio é interessante para o controle da crise climá-

tica, e essas comunidades estão comprovadamente protegendo florestas. Essas populações continuam tendo seus direitos negados sistematicamente”, analisa Inimá Krenak.

“O Fundo Agbara surge a partir da cultura de vaquinhas para ajudar mulheres negras da comunidade em que nós estamos inseridas, para que elas pudessem, de alguma maneira, ter acesso a capital econômico. E isso cresceu muito rápido, começamos então a olhar para esse projeto, vimos potencial, fizemos muitos contatos com grupos, mentores, outras fundações que pudessem nos orientar. O Agbara surge e se fortalece a partir de redes. Como a Rede Comuá”, diz Eliane Castro.

Larissa Amorim, da Casa Fluminense, destaca a importância da representatividade nas equipes dos fundos e fundações para a questão da confiança: Falar sobre representatividade, formação e quadro de equipe é também falar sobre confiança. A representatividade na composição das nossas equipes é fundamental. A gente entende que quem está pensando e construindo esses fundos precisam ser as pessoas que também estão sendo atravessadas pelas experiências, pelas realidades que os nossos grupos apoiados também passam.

A confiança na filantropia de justiça social é fundamental ao reconhecer que são as organizações e movimentos que trabalham diretamente nos territórios e grupos são os que mais entendem as reais necessidades para avançar na transformação social e como devem ser aplicados os recursos para isso. São realmente agentes de transformação social.

Isso deve se refletir na ampliação do acesso a recursos e na desburocratização desse acesso e prestação de contas. Por outro lado, a diversidade nas equipes das organizações que doam recursos para comunidades é também fator que tem potencial para ampliar a confiança e o respeito pela representatividade, por serem também compostas por pessoas que são atravessadas pelos problemas que as organizações buscam ajudar a minimizar com as doações.

mais:

- » [Leia texto de Marcelle Decothé, Gelson Henrique e Raul Santiago sobre a PIPA](#)
- » [Artigo de Marcelle Decothé na Alliance Magazine](#)









olhares e
arranjos múltiplos
e colaborativos



ários são os temas acionados pela filantropia de justiça social. Durante o Seminário, integrantes dos Fundos que compõem a Rede Comuá e de outras organizações parceiras promoveram uma programação colaborativa que trouxe diferentes perspectivas e pontos de vista sobre trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no campo.

campanhas comunitárias do dia de doar: quando a filantropia começa na própria comunidade

As campanhas comunitárias, promovidas pelas comunidades, sem depender de organizações financiadoras ou internacionais, estão se espalhando pelo Brasil a partir da iniciativa impulsionada pelo Dia de Doar. Durante o seminário, a ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos) buscou apresentar o que são as campanhas comunitárias, presentes em todas as regiões do país e que têm impulsionado a filantropia local de forma inédita no país. A partir da abordagem sobre duas delas, #DoaAraçatuba e #DoaMauá, estimulou-se o debate sobre o tema e a reflexão sobre como é possível alavancar a generosidade na comunidade a partir de iniciativas das próprias pessoas que ali vivem.

A mesa contou com a participação de Carol Farias (ABCR), Thaisa Damo (fundadora do Instituto Ensinina e líder voluntária da campanha nomeada como #DoaMauá) e Zilá Moreira (pessoa física que libera a campanha comunitária da cidade de Araçatuba)

governança em redes e iniciativas colaborativas para impacto social

Com temática proposta pelo GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e pelo Movimento por uma Cultura de Doação, a atividade apresentou e discutiu modelos inovadores de gestão, de forma a inspirar outras organizações, espaços e movimentos horizontais a partir do modelo de governança em rede do Movimento por uma Cultura de Doação, propondo reflexões a respeito de novos formatos de organizações e engajamento apropriados para o espírito do nosso tempo.

A mesa contou com a participação de Erika Sanchez Saez (Comitê Coordenador do Movimento por uma Cultura de Doação e Diretora Executiva do Instituto ACP), Pamela Ribeiro (GIFE) e Mariana Brunini (Coordenadora Executiva do Movimento por uma Cultura de Doação).

» [acesse a relatoria](#)

filantropia e a agenda de proteção emergencial aos defensores e defensoras de direitos humanos e meio ambiente

A partir da proposta do Fundo Casa Socioambiental, o objetivo desse debate foi ressaltar a situação das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no Brasil, o pouco acesso a recursos rápidos e desburocratizados, como avançar em sua proteção e a importância de Fundos para salvar vidas. Foram abordados dados e experiências sobre a escalada da

violência no Brasil, conflitos no campo e na cidade, criminalização e violência contra defensores e defensoras de direitos humanos; apoio de atores internacionais na proteção de defensores e defensoras; a experiência do Fundo Casa Socioambiental na criação do Fundo Emergencial a Defensoras e Defensores de Meio Ambiente e Justiça Climática na Amazônia Legal; a experiência do Fundo Brasil na criação do Fundo Emergencial de Apoio a Defensores e Defensoras e da linha específica de apoio a lideranças indígenas.

Participaram da atividade Andréia Silverio (CPT (Comissão Pastoral da Terra), Thalita Salgado (Anistia Internacional), Débora Albu (ONU Mulheres), Rodrigo Montaldi (Fundo Casa Socioambiental), Alexandre Pachêco (Fundo Brasil) e Sandra Carvalho (Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (CBDDH)).

» [acesse a relatoria](#)

filantropia colaborativa: desafios e perspectivas no campo da filantropia pela justiça social

Dentre as diversas práticas de filantropia existentes no cenário brasileiro, as arquiteturas colaborativas têm se fortalecido como caminho para o desenvolvimento de territórios, a partir de uma perspectiva que assume como horizonte a construção de justiça socioambiental. Forjado a partir da práxis de diversos atores sociais, especialmente organizações e coletivos que compõem a sociedade civil organizada, trata-se de um campo em construção. Por isso mesmo, mostra-se importante apro-

fundar as reflexões sobre esse modo de praticar e pensar a filantropia, tendo como eixo estruturante a dimensão do território.

Pensando nisso, o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA), o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM) e a Tabôa Fortalecimento Comunitário propuseram e facilitaram uma mesa temática sobre o tema durante o Seminário de 10 anos da Rede Comuá.

mais:

» [Clique aqui e leia o texto de Bianca L. Avancini, Larissa Boing, Roberto Vilela, Semíramis Biasoli, Simone Amorim e Willian Narzetti sobre o tema](#)

» [acesse a relatoria](#)

inovação, tecnologias e vulnerabilidades: fortalecer comunidades e a luta por justiça socioambiental

Organizada pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), a mesa “Inovação, tecnologias e vulnerabilidades: fortalecer comunidades e a luta por justiça socioambiental” trouxe quatro iniciativas tecnológicas/plataformas que atuam com problemáticas ligadas ao campo socioambiental. Os projetos abordam soluções e caminhos para situações de marginalização, invisibilidade e risco a pessoas em situação de vulnerabilidade. O debate e as reflexões apontaram a sincronia entre os direitos humanos e

a proteção ambiental, reafirmando que não há como pensar ações filantrópicas sem que essas duas vertentes dialoguem entre si.

“A mesa foi uma importante oportunidade de trazeremos para dentro da Rede os debates sobre as pautas que envolvem a proteção ambiental e territorial, especialmente sobre o segundo bioma mais ameaçado do Brasil: o Cerrado. São diversas as comunidades que se encontram em situações de vulnerabilidade, seja pela diminuição de suas áreas produtivas devido ao desmatamento acelerado, seja pelas violências e ameaças que as perseguem, principalmente, em situações de grilagem. Direitos humanos e meio ambiente estão ligados, e as ações de apoio que fazemos são, justamente, para que essas desigualdades históricas sejam reparadas ao lado da sustentabilidade dos nossos recursos naturais”, comenta a coordenadora do Programa Cerrado e Catinga do ISPN, Isabel Figueiredo.

mais:

» [Clique aqui e leia o texto de Méle Dornelas, do ISPN](#)

» [acesse a relatoria](#)

contribuições para o fortalecimento de territórios a partir de experiências de filantropia colaborativa

A atividade visou compartilhar reflexões e aprendizados sobre o fortalecimento de territórios a partir de práticas de filantropia colaborativa, fo-

mentando o debate e reunindo contribuições para o fortalecimento dessa agenda. A ideia de discutir a articulação e gestão de arranjos colaborativos na construção de territórios mais sustentáveis surgiu a partir das trocas realizadas no âmbito da comunidade de aprendizagem composta pela Tabôa Fortalecimento Comunitário, ICOM e FunBEA, inserida no Programa de Apoio Estratégico às organizações membros da Rede de Filantropia para a Justiça Social. Será promovido um world café para produção colaborativa de conhecimento, registrando reflexões e apontamentos para o fortalecimento de iniciativas de filantropia colaborativa com foco territorial.

Contou com a participação de Roberto Vilela (Diretor Executivo do Tabôa), Larissa Boing (Gestora de Projetos e de Fundos de Investimento Social do ICOM), Semíramis Biasoli (Secretaria Geral do FunBEA) e Bianca Limongi (Gestora de Projetos do FunBEA).

» [acesse a relatoria](#)







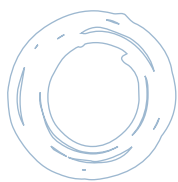


conhecimento

que transforma:

o programa

saberes



quanto a geração de conhecimento sobre a filantropia de justiça social no país pode contribuir para o fortalecimento desse campo? A partir desta provocação, a Rede Comuá criou o programa Saberes e selecionou propostas de produção de conhecimento dedicado aos temas mobilizados pela filantropia de justiça social e comunitária, que demonstrem toda a potência da transformação e contribuam para a incidência que a RFJS tem feito junto ao ecossistema filantrópico. As propostas e bolsistas foram anunciadas durante o Seminário.

cássio inglês de souza

QUEM É

Antropólogo com experiência na temática de povos indígenas e comunidades tradicionais, através de órgãos governamentais, ONGs e organizações indígenas. Trabalha como consultor independente no desenvolvimento, elaboração, execução e avaliação de projetos, assessoria e capacitação em gestão institucional e componentes indígenas e quilombolas de processos de licenciamento ambiental.

PROPOSTA

O projeto busca realizar uma avaliação geral do financiamento de microprojetos junto a povos e comunidades tradicionais do Cerrado e Amazônia, implementados pelo ISPN como uma ferramenta de filantropia.

cleber rodrigues

QUEM É

Idealista, ativista social e mobilizador de boas ações e práticas saudáveis voltada para a saúde da população idosa em Minas Gerais. É fisioterapeuta com especialização em Gerontologia, Gestor em Saúde pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais e apaixonado pelo estudo do envelhecimento saudável. É também gestor na Associação Nossa Cidade.

PROPOSTA

O projeto pretende realizar a comemoração e reflexão do Fundo Regenerativo de Brumadinho, possibilitando a replicabilidade da experiência em outros territórios.

jész ipólito

QUEM É

Possui ampla experiência em gestão de projetos sociais, comunicação, gestão de redes sociais e articulação de redes no terceiro setor. Feminista negra, compõe a Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas (ANJF) e o coletivo de mídia negra Revista Afirmativa em Salvador-BA. É também Assistente de Comunicação no Fundo Elas+.

PROPOSTA

Em seu projeto para o Programa Saberes, Jész visa reunir e sistematizar em um e-book final

as perspectivas políticas de lideranças e organizações de mulheres negras das regiões Norte e Nordeste sobre o universo da filantropia negra.

larissa ferreira

QUEM É

Gestora e analista ambiental e, atualmente, faz especialização em Projetos Sociais e Políticas Públicas. Atuou como colaboradora voluntária no NA-PRA – Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia, é educadora ambiental na Associação Acorde e voluntária na equipe do FunBEA - Fundo Brasileiro de Educação Ambiental.

70

PROPOSTA

O projeto busca investigar as experiências internacionais e nacionais de círculos de doação (giving circles), assim como, as estratégias que estão sendo adotadas pelo FunBEA na experiência de planejamento e estruturação da campanha do círculo de doadores do Litoral Norte - lançado esse ano com o apoio da Rede Comuá - buscando reconhecer características e idiosincrasias com a literatura internacional sobre giving circles.

mariana assis

QUEM É

Administradora e, atualmente, cursa segunda graduação em Direito. Conselheira de Direi-

to do Conselho Municipal nos setores público e privado, com forte atuação no campo social. É Guardiã de Relacionamento com a sociedade civil organizada do ICOM - Instituto Comunitário Grande Florianópolis, conselheira fiscal da Politize e diretora administrativa voluntária do Instituto É da Nossa Cor.

PROPOSTA

O projeto tem como objetivo sistematizar a experiência local de fortalecimento de organizações de base comunitária que atuam na região da Grande Florianópolis do ICOM, por meio do serviço de consultorias individuais, gratuitas e personalizadas, relacionados ao desenvolvimento institucional para a Filantropia Comunitária.

marcelle decothé

QUEM É

Mulher negra periférica, bacharel em defesa e gestão estratégica internacional e mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos. É educadora popular, pesquisadora de gênero, raça e violência, cofundadora do Movimento Favelas Na Luta e da Iniciativa PIPA e atualmente é Gestora de Programas do Instituto Marielle Franco.

PROPOSTA

O projeto de Marcelle visa fortalecer a construção de narrativas e diagnósticos sobre o campo da filantropia e do investimento social privado

no Brasil, incidindo para a desburocratização e a priorização do repasse de recursos para iniciativas faveladas e periféricas voltadas à justiça racial, social e de gênero.

ronaldo eli

QUEM É

Juremeiro, jornalista, agricultor, e educador comunitário. Tem experiência em comunicação Social e em projetos voltados para a apropriação de tecnologias da informação e da comunicação, junto a organizações e grupos que atuam nos campos da cultura, educação e mídias livres. É zelador do Terreiro Sítio das Matas, no Quilombo Santo Amaro, em Itacaré-BA, onde atua promovendo ações voltadas para o desenvolvimento da comunidade.

PROPOSTA

Em seu projeto, pretende obter uma visão qualitativa sobre a inserção das comunidades de terreiro nos ecossistemas filantrópicos, realizando entrevistas com lideranças de terreiros que desenvolvem ações comunitárias e organizações que promovem a filantropia comunitária.

mais:

» [Clique aqui e leia texto de Luisa Hernandez e Jonathas Azevedo sobre o Programa Saberes](#)





ampliando
a nossa rede



Com o objetivo de conhecer e caracterizar organizações independentes que têm atuado na doação de recursos financeiros para organizações, grupos e movimentos da sociedade civil nas áreas de justiça social e desenvolvimento comunitário no país, a Rede Comuá e a ponteAponte realizaram um mapeamento dessas organizações.

Foram mapeadas 31 organizações, localizadas em 11 estados do país, a partir do método bola de neve e de busca de organizações em sites especializados e de notícias. Destas, 58% estão localizadas na região Sudeste, 23% na região Norte, 13% na região Nordeste e Sul e Centro-Oeste contam com 3% das organizações cada. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa de dados secundários, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários.

Em comum, as doações realizadas pelas organizações mapeadas são fundamentadas na ideia de que o uso dos recursos e o poder de decisão sobre eles são de responsabilidade das organizações e grupos que recebem as doações, tendo eles o protagonismo sobre sua atuação.

dentre os dados que se destacam:

- 29 organizações estão formalizadas com CNPJ próprio; aquelas que não possuem CNPJ foram constituídas como fundos dentro da estrutura de uma organização mantenedora ou guardiã, que além de atuar como responsável fiscal, também contribui institucionalmente para a manutenção das organizações, porém com independência de atuação e governança própria.

- 52% das organizações mapeadas possuem orçamento entre R\$ 2 milhões e R\$ 25 milhões; o orçamento de 32% delas é inferior a R\$ 1 milhão.
- Dentre as fontes de recurso dessas organizações, a doação de organizações da filantropia internacional é mais frequente (87%), ainda que a participação de organizações da filantropia brasileira e de outras fontes nacionais seja também relevante.
- 68% das organizações mapeadas declaram que financiadores não têm influência sobre o uso dos recursos, os processos de tomada de decisão e a governança.
- Dentre os temas de atuação das organizações mapeadas, o principal é fortalecimento institucional (74%), seguido de gênero e direitos das mulheres (48%) e cultura (48%); também se destacam temas relacionados a comunidades, desenvolvimento local e povos tradicionais como desenvolvimento comunitário (42%), agricultura familiar, agricultura urbana, agroecologia e agrofloresta (39%), e comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e tradicionais (35%).

mais:

- » [Acesse texto sobre o mapeamento](#)
- » [Acesse o key facts da pesquisa](#)

SEMINÁRIO
Filantropia,
Justiça Social,
Sociedade Civil
e Democracia

C A M
CONTRA
NO
em defesa dos povos

10
Filantropia
Justiça Social





A VIOLÊNCIA CAMPO

o campo, das águas e das florestas



expediente

filantropia, justiça social, sociedade civil e democracia
dez anos da rede comuá - filantropia que transforma

Projeto editorial e elaboração de textos

Mônica C. Ribeiro

Supervisão

Graciela Hopstein e Milena Peres

Revisão

Luisa Hernandez, Jonathas Azevedo e Camila Guedes

Projeto gráfico e diagramação: Luciano Schinke

Fotos: Zoid Creative

comuá rede comuá
filantropia que
transforma

EQUIPE

Graciela Hopstein

Diretora executiva

Luisa Hernandez

Coordenadora de programas

Milena Peres

Coordenadora de operações

Jonathas Azevedo

Assessor de projetos

Camila Guedes

Assessora de comunicação

Mônica C. Ribeiro

Consultora de comunicação

COMITÊ GESTOR

Ana Valéria Araújo

Superintendente
do Fundo Brasil

Giovanni Harvey

Diretor executivo do Fundo
Baobá

Harley Nascimento

Fundador e coordenador
geral do Fundo Positivo

Roberto Vilela

Diretor executivo da Tabôa -
fortalecimento comunitário

comuá

rede comuá
filantropia que
transforma

membrors



82



financiadores



apoio financeiro



apoio institucional







comuá rede comuá
filantropia que
transforma